

NEWTON SILVEIRA

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre em
Direito Civil e Doutor em Direito pela mesma universidade,
onde ministra aulas de Propriedade Intelectual na pós-graduação.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

**PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIREITO DE AUTOR
SOFTWARE
CULTIVARES
NOME EMPRESARIAL
ABUSO DE PATENTES**

5ª edição
revisada e ampliada



Manole

© Editora Manole Ltda., 2014, por meio de contrato com o autor.

EDITOR-GESTOR: Walter Luiz Coutinho
EDITORA RESPONSÁVEL: Sônia Midori Fujiyoshi
PRODUÇÃO EDITORIAL: Luiza Bonfim, Rodrigo Botelho
EDITORA DE ARTE: Deborah Sayuri Takaishi
CAPA: Ricardo Ozaki Barbosa
IMAGEM DA CAPA: ©iStock.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silveira, Newton

Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes / Newton Silveira. – 5. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-204-3904-3

1. Direito de Autor 2. Propriedade Industrial 3. Propriedade intelectual 4. Software – Proteção

I. Título.

14-000301

CDU-347.78

Índice para catálogo sistemático:

1. Propriedade intelectual: Direito Civil 347.78

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores. É proibida a reprodução por xerox.

A Editora Manole é filiada à ABDR – Associação Brasileira de Direitos Reprográficos.

3ª edição – 2005, 4ª edição – 2009, 5ª edição – 2014

Editora Manole Ltda.

Av. Ceci, 672 – Tamboré

06460-120 – Barueri – SP – Brasil

Tel.: (11) 4196-6000 – Fax: (11) 4196-6021

www.manole.com.br

juridico@manole.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	IX
CAPÍTULO I – NOÇÕES GERAIS	1
1. O homem e o instrumento	1
2. O sentimento estético	2
3. Criação intelectual no campo da técnica e no campo da estética.....	3
CAPÍTULO II – TUTELA DAS CRIAÇÕES INDUSTRIAIS.....	5
1. Invenções industriais	5
2. Criações de forma: o modelo de utilidade e os desenhos industriais.....	6
CAPÍTULO III – COMPARAÇÃO ENTRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OS DIREITOS AUTORAIS	8
1. Novidade e originalidade.....	8
2. Do ponto de vista do empresário.....	9
CAPÍTULO IV – DIREITOS SOBRE BENS IMATERIAIS.....	11
1. Propriedade imaterial	11
2. Direito de autor. Fundamento.....	12
3. O inventor técnico e o inventor artista. Proteção à criação intelectual	13
4. Sinais identificadores	13
4.1. Marca	14
4.2. Nome empresarial.....	14
4.3. Conflitos entre marca e nome empresarial	15
4.4. Marcas não registradas e concorrência desleal	15
5. Proteção internacional.....	16
CAPÍTULO V – MARCAS E OUTROS SINAIS DISTINTIVOS	18
1. Identificação do empresário.....	18

2. Marcas de indústria e/ou comércio e de serviços.....	19
3. A marca registrada	22
4. Marcas de fato	25
5. Comparação entre a marca registrada e a marca de fato	27
6. O artigo 6 bis da Convenção de Paris.....	28
CAPÍTULO VI – A LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	31
1. As causas da querela.....	31
2. Principais alterações da nova Lei de Propriedade Industrial.....	32
2.1. Patentes	32
2.2. Marcas.....	41
2.3. Desenhos industriais	46
2.4. Concorrência desleal.....	50
CAPÍTULO VII – LEI DE DIREITOS AUTORAIS – N. 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 ...	51
1. Considerações gerais	51
2. Principais alterações da lei.....	53
2.1. Disposições preliminares.....	53
2.2. Obras protegidas	53
2.3. Da autoria	55
2.4. Do registro.....	55
2.5. Direitos morais	55
2.6. Direitos patrimoniais	56
2.7. Duração.....	56
2.8. Limitações	57
2.9. Transferência	57
2.10. A edição.....	58
2.11. Execução pública	59
2.12. Da utilização de obra de arte plástica	59
2.13. Obra audiovisual	59
2.14. Base de dados	59
2.15. Obra coletiva	60
2.16. Direitos conexos	60
2.17. Duração dos direitos conexos	61
2.18. Associações de titulares.....	61
2.19. Sanções	61
CAPÍTULO VIII – A LEI DO SOFTWARE – N. 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	63
1. Considerações gerais	63
2. Principais alterações da lei.....	63
2.1. Disposições preliminares.....	63
2.2. Da proteção aos direitos de autor	64
2.3. Do registro.....	64
2.4. Das isenções.....	65
2.5. Das garantias aos usuários.....	66
2.6. Dos contratos relativos a programas de computador	67
2.7. Das sanções penais e civis	68

CAPÍTULO IX – A LEI DE CULTIVARES – N. 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997.....	69
1. Considerações gerais	69
2. Do sujeito de direito	70
3. Do objeto do direito	71
4. Do procedimento administrativo	72
5. Do cancelamento e da nulidade	74
6. Limitações ao direito de exclusividade.....	74
7. Da licença compulsória e do uso público restrito.....	74
8. Infrações.....	75
CAPÍTULO X – O QUE É A PROPRIEDADE INTELECTUAL?	76
CAPÍTULO XI – O SISTEMA DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL BRASILEIRO.....	83
CAPÍTULO XII – TRANSGÊNICOS	90
CAPÍTULO XIII – SINAIS DISTINTIVOS DA EMPRESA.....	92
1. Empresa	92
2. Marca	95
3. Nome empresarial	98
4. Concorrência.....	101
CAPÍTULO XIV – A PROTEÇÃO DO NOME COMERCIAL	105
1. Introdução.....	105
2. A posição de Gama Cerqueira	109
3. Crítica à conclusão de Gama Cerqueira.....	113
CAPÍTULO XV – A ATIVIDADE INTELECTUAL	116
CAPÍTULO XVI – ABUSO DE PATENTES.....	118
1. A <i>vexata quaestio</i> da importação paralela de marcas	118
2. Patentes de segundo uso	122
2.1. Atividade inventiva	122
2.2. Patente de uso.....	123
2.3. Novidade.....	124
2.4. Meio industrial	126
2.5. Considerações finais	126
3. A justa medida do requisito de atividade inventiva para a concessão de certas patentes	127
3.1. A questão	127
3.2. Introdução.....	129
3.3. Modo de aquisição e desvio de poder	131
3.4. Sobre os tipos de abusos vinculados ao direito de patente	132
3.5. Considerações finais	136
ADENDO LEGISLATIVO	
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – art. 5º (<i>excertos</i>)	138

Decreto n. 75.699, de 06 de maio de 1975 – Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 09 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971	139
Decreto n. 81.742, de 31 de maio de 1978 – Promulga o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)	162
Decreto n. 1.263, de 10 de outubro de 1994 – Ratifica a declaração de adesão aos arts. 1º a 12 e ao art. 28, alínea 1, do texto da revisão de Estocolmo da Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial.....	253
Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994 – Promulga a Ata Final que incorpora os Resultados da Rodada Uruguaia de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.....	272
Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.....	298
Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997 – Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências	330
Decreto n. 2.366, de 05 de novembro de 1997 – Regulamenta a Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC, e dá outras providências	342
Lei n. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.....	353
Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências	357
Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil (<i>excertos</i>)	379
Lei n. 10.603, de 17 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências	381
Lei n. 10.973, de 02 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências	384
Resolução INPI n. 4, de 18 de março de 2013 – Promulga o Código de Conduta e Ética Profissional do Agente da Propriedade Industrial.....	392
Instrução Normativa DREI n. 15, de 05 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências.....	399
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	403
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	405